

RELATORIA: DEB

TERMO: VOTO À DIRETORIA COLEGIADA

NÚMERO: 209/2018

OBJETO: PROCESSO ADMINISTRATIVO SIMPLIFICADO – PAS
RECURSO HIERÁRQUICO COM PEDIDO DE EFEITO
SUSPENSIVO INTERPOSTO PELA CONCESSIONÁRIA
RUMO MALHA SUL S.A

ORIGEM: SUFER

PROCESSO (S): 50520.015458/2014-76

PROPOSIÇÃO PRG: PARECER Nº 02451/2016/PF-ANTT/PGF/AGU, NOTA Nº
00063/2018 /PF-ANTT/PGF/AGU, NOTA Nº 00001/2017/PF-
ANTT/PGF/AGU, NOTA Nº 00206/2018 /PF-ANTT/PGF/AGU

PROPOSIÇÃO DEB: PELO NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO

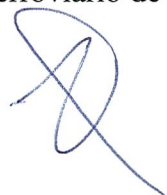
ENCAMINHAMENTO: À VOTAÇÃO – DIRETORIA COLEGIADA

I - DAS PRELIMINARES

Trata-se de recurso hierárquico interposto pela Concessionária Rumo Malha Sul S/A em face da Decisão de 2º Instância, de 07 de dezembro de 2017, proferida pela Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transportes Ferroviários de Cargas – SUFER que negou provimento ao recurso interposto pela recorrente, em relação a aplicação de penalidade por descumprimento de obrigações legais e contratuais, referente ao descumprimento, nos prazos determinados, a implementação de medidas de segurança e regularidade de tráfego

II – DOS FATOS E DA ANÁLISE PROCESSUAL

O presente processo administrativo teve origem com o Auto de Infração nº 472/URRS/2014, fl. 02, oriundo da Coordenação de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas do



RCM

Rio Grande do Sul – COFER-RS, da Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas – SUFER, que, após fiscalização realizada em junho de 2014, constatou infração por descumprimento das obrigações legais e contratuais pela Concessionária Rumo Malha Sul S/A, referente ao descumprimento, nos prazos determinados, a implementação de medidas de segurança e regularidade de tráfego.

Em 20 de abril de 2015, a Gerência de Controle e Fiscalização de Infraestrutura e Serviços prolatou a decisão de 1º instância, entendendo pela aplicação da penalidade de multa de 500 (quinhentas) vezes o valor unitário (VBU), equivalente à quantia de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fls. 161 a 166.

Insatisfeita com o teor da referida decisão, a Concessionária interpôs Recurso Administrativo em 12 de maio de 2015, fls. 184 a 208.

Em 07 de dezembro de 2017, a Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transportes Ferroviário de Cargas – SUFER, emitiu a Decisão de 2ª Instância, mantendo os termos da decisão originária, fls. 238 a 241.

A concessionária Rumo Malha Sul S/A, inconformada, interpôs Recurso Hierárquico, em 08 de março de 2017, inclusive com pedido de atribuição de efeito suspensivo, endereçado à Diretoria Colegiada da ANTT, pedindo que seja reformada a decisão de segunda instância administrativa e anulada a pena de multa mantida contra a Recorrente, em face da Decisão de 2ª Instância proferida pela SUFER.

Quanto aos aspectos jurídicos, a Procuradoria Federal junto à ANTT já se manifestou, anteriormente, por meio do Parecer nº 02548/2016//PF-ANTT/PGF/AGU, dado em caso semelhante, emitido nos autos do processo nº 50520.015455/2014-32, onde entendeu que “*o cabimento do recurso administrativo à Diretoria Colegiada, não há previsão para esse propósito na Resolução nº 5.083/2016. Nem mesmo há essa previsibilidade nos contratos de concessão e arrendamento. Pontua ainda que tal impedimento não significa dizer que houve restrições à garantia do direito ao contraditório e a ampla defesa da recorrente, pois a ela foi dada oportunidade de se defender em duas esferas administrativas*”.

A SUFER reitera que o processo tramitou regularmente, conforme o que preconiza a Resolução ANTT nº 5.083/2016, sobretudo, as disposições do rito simplificado. Ademais, o devido processo legal foi devidamente observado, bem como a plenitude dos consagrados direitos à ampla defesa e ao contraditório.

Considerando patente a ausência da previsibilidade legal para o cabimento do Recurso Hierárquico em comento e levando-se em consideração o disposto no Despacho de fl. 315, complementado pelo Memorando nº 117/208/SUFER, de 09 de julho de 2018, a Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas entende que a interposição desse



RCM

Recurso possui somente a intenção de procrastinar o cumprimento da decisão final emitida pela SUFER, que faz coisa julgada no âmbito administrativo.

No que tange ao mérito, isto é, a peça recursal ora sob análise, por tudo o que consta nos autos, fundamentado nas manifestações da SUFER e da Procuradoria Federal junto à ANTT, esta Diretoria DEB entende pelo não conhecimento do Recurso Hierárquico interposto pela Rumo Malha Sul S/A, por não haver previsão contratual ou em normativo desta Agência Reguladora, além de não trazer aos autos fatos novos capazes de ensejar a reforma de decisão recorrida, mantendo-se, portanto, os termos da Decisão de 2ª instância proferida pela SUFER às fls. 238 a 241.

Além disso, aludido entendimento encontra guarida na Súmula ANTT nº 001, que dispõe:

Salvo previsão contratual ou legal específica, não cabe, em Processo Administrativo Simplificado, recurso hierárquico interposto em face de decisão da Superintendência respectiva.

Quanto à possibilidade de aplicação de multa por litigância de má-fé fundamentada na aplicação subsidiária do Código de Processo Civil, esta Diretoria DEB entende que tal medida beneficiará indiretamente a recorrente, dado que tal procedimento ensejará o retorno dos autos à área técnica para intimação da Concessionária para apresentação de nova manifestação sobre esse fato novo, em atenção à ampla defesa e ao contraditório, como bem observou a SUFER.

Além disso, entendo que seria mais eficaz dar celeridade ao trânsito em julgado do presente processo e a efetiva cobrança da multa aplicada ou inclusão do débito da Dívida Ativa da União, caso a Concessionária insista no não cumprimento da penalidade imposta.

Importante destacar, todavia, que a Diretoria Colegiada está atenta a reiterada conduta praticada pelo grupo RUMO S/A que contesta, em várias instâncias, inclusive com uso de Recursos Hierárquicos, que não tem previsão contratual ou em normativos da ANTT, a aplicação de penalidades imposta pela equipe de fiscalização da ANTT, sendo que estão sendo estudadas medidas para penalizar tal conduta, como a alteração da Resolução ANTT nº 5.083, de 2016, para prever a possibilidade de aplicação de multa para casos de litigância de má-fé e interposição de peças protelatórias.

Oportunamente, destaca-se que, até o presente momento, a holding Rumo S/A e suas Concessionárias (Rumo Malha Sul S/A, Rumo Malha Paulista S/A e Rumo Malha Oeste S/A) possuem Recursos Hierárquicos, inclusive com pedido de atribuição de efeito suspensivo, distribuídos para apreciação e deliberação da Diretoria Colegiada desta ANTT em 21 processos de aplicação de penalidade: 50520.012705/2014-82, 50520.021277/2014-89, 50500.191942/2013-58, 50520.074334/2010-07, 50520.031202/2014-14, 50520.021282/2014-91, 50520.019779/2014-40, 50520.044572/2014-11, 50520.012698/2014-19, 50515.003871/2015-48, 50520.021276/2014-34, 50520.015458/2014-76, 50515.036579/2014-21, 50500.296515/2014-46, 50500.173229/2014-11, 50520.021390/2014-64, 50515.024488/2014-42, 50515.023419/2014-11, 50500.037198/2013-17,



RCM

50520.015458/2014-76 e 50515.011220/2015-21, tornando ineficaz a atividade de fiscalização de induzir a concessionária ao cumprimento das obrigações contratuais.

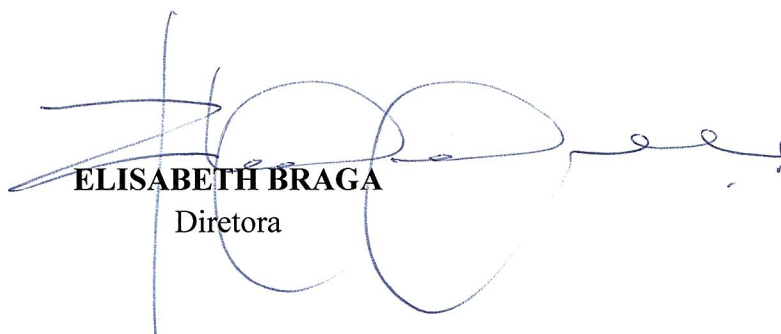
Além disso, em função da sistemática de ação da Concessionária em contestar, em várias instâncias, incluindo o Recurso Hierárquico, que não tem previsão contratual, a aplicação de penalidades imposta pela equipe de fiscalização da ANTT, é necessário advertir a área técnica sobre a necessidade de dar celeridade no processo de cobrança das multas. Caso o pagamento não seja efetuado é recomendada a inclusão do débito na Dívida Ativa da União.

III – DA PROPOSIÇÃO FINAL

Isso posto, considerando as instruções técnicas e jurídicas constantes dos autos, **VOTO** por:

1. Não conhecer o Recurso Hierárquico apresentado pela Concessionária Rumo Malha Sul S/A, por ausência de previsão contratual,
2. Determinar à SUFER que dê celeridade no processo de cobrança das multas e, caso não seja efetuado o pagamento, o débito deverá ser inscrito na Dívida Ativa da União, e
3. Determinar à SUFER que notifique a Concessionária Rumo Malha Sul S/A, acerca dos termos da decisão aprovada pela Diretoria Colegiada, em atendimento à Lei nº 9.784/1999, art. 3º, inc. II.

Brasília, 31 de julho de 2018.



ELISABETH BRAGA
Diretora

ENCAMINHAMENTO:

À **Secretaria-Geral (SEGER)**, para prosseguimento do feito.

Em 31 de julho de 2018.

Ass: